

CONTRAPONOTOS

Confira as intervenções que se seguiram à rodada inicial, desta vez com a participação da assistência

CIRO TEIXEIRA CORREIA

“Hernan reconhece que não está regulamentada a avaliação individual na USP. Mas ela tem sido feita, sem nenhuma intervenção da Reitoria no sentido de corrigir esse absurdo”

Em primeiro lugar queria fazer um esclarecimento aqui. Acho importante o professor Hernan ter dito na qualidade de que ele veio aqui, por sua decisão pessoal e por aquilo que o credencia. Agora, acho importante também que uma comissão do Conselho de Representantes que fez os contatos com a Reitoria, da qual eu fiz parte, a Suzana e a Rachel que estão aqui, diga, e deixe claro aqui, que nós convidamos o Reitor e quando ele não pode aten-

der o pedido por problemas de agenda, e pedimos que ele indicasse outra pessoa da Reitoria, ele nos disse para convidar o professor Hernan. Feito esse esclarecimento, eu gostaria de dizer o seguinte. Coisas estranhas, ou curiosas, têm ocorrido nessa Universidade, na minha opinião, e eu gostaria de ter depois os comentários da mesa sobre elas. Vou pegar algumas coisas recentes. Houve o Fórum de Políticas Universitárias nessa Universidade alguns dias atrás, e houve a publicação num órgão oficial da Reitoria, que é o **Jornal da USP**, onde por um lado algumas falas que lá existiram sumiram da matéria a respeito do assunto, entre elas a minha, numa sessão na qual o professor Hernan estava presente. Por outro lado, nesse mesmo encarte sobre o ocorrido no Fórum foi dado um espaço de duas páginas a um arti-

go do professor Carlos Humes, da CERT, que estava no evento mas não se manifestou em nenhum momento, nem participou da mesa. Acho isso no mínimo curioso.

Outra coisa é a reunião do Conselho Universitário de ontem (5/12). Todos aqui sabem, eu imagino, que a despeito de ser professor fora do regime de experimentação, concursado desde 1997, sou um dos professores para os quais a CERT recomendou mudança do regime de trabalho. Ontem houve uma reunião do CO onde estavam em pauta dois dos recursos de colegas em situação idêntica à minha. Nesta reunião do CO, a despeito de que na maioria absoluta as falas foram contrárias à atuação da CERT, a favor do conteúdo legal e ético dos recursos, foi aprovado o parecer da CLR contra os recursos. Nesta mesma reunião, é importante dizer, o IG foi

questionado quanto à sua importância, produção, qualidade do trabalho que ali é feito, sendo que instituições similares no país, na América Latina e em várias universidades da Austrália, Estados Unidos, Ásia e Europa, que mantêm convênios com o IG, reconhecem que ele é líder nesse continente, na América do Sul, em termos de qualidade, relevância, importância das suas pesquisas.

Por último, eu queria dizer o seguinte. O professor Hernan reconhece que a avaliação tem que ser objetiva, tem que ter método prévio, tem que ter estrutura interna, tem que ter racionalidade. Diz também que não está regulamentada a avaliação individual de docentes nesta Universidade, nem no Regimento, nem no Estatuto. Me parece curioso que embora ela não esteja regulamentada ela tem sido feita, sem nenhuma intervenção da Reitoria no sentido de corrigir esse absurdo. Eu não sei se o professor Hernan quis usar de ironia, ele faz uma referência a regimes ditatoriais e diz que muitas vezes o autoritarismo central pode ser melhor do que o autoritarismo amiúde. Eventualmente seria melhor resolver o problema do autoritarismo. Acho que ele quis fazer uma referência de que é melhor ter uma CERT não regulamentada, arbitrária, fazendo um serviço autoritário central, do que se ela se multiplicasse. Acho que isso é um absurdo e que nós deveríamos, sim, mudar a racionalidade de como tem sido feita essa avaliação individual persecutória e desrespeitosa no interior dessa Universidade.

MARCOS MAGALHÃES

“Será que é possível a avaliação adquirir legitimidade e funcionar para melhorar a instituição, ou ela precisa ter caráter punitivo?”

Um grande problema que nós temos na avaliação na Universidade é a questão da legitimidade. Temos hoje uma avaliação que é ilegítima. E o grande problema disso: você fez um longo processo de seleção. Lembro sempre quando a gente vai nas festinhas familiares. Se você vai numa festinha familiar, e o sujeito fala: “Onde você trabalha?”, “Eu trabalho na Matemática”, e provavelmente para 90% das pessoas o assunto... “Tá bom, você trabalha na Matemática da USP, puxa vida, que crânio”. Vai ter talvez mais um: “Puxa, você trabalha lá na Matemática...” “- Não, veja bem, não trabalho exatamente na Matemática, trabalho dentro da Matemática, no Departamento da Estatística”. “Ah, estatística, puxa, claro, você pesquisa”. Provavelmente eu limpei mais 8%, 7% talvez da conversa. Mas vai ter um que fala: “Puxa, Estatística...” “Não, veja bem, no Departamento de Estatística eu trabalho na área de probabilidade aplicada”. E aí: “Probabilidade aplicada? Sim, aquela coisa, loteria, loto, não sei quê, quanto ganhou, quanto não ganhou. Então, que você acha, a chance da Sena...” E eu: “Sabe, eu trabalho

com processos estocásticos”. Estou aí provavelmente falando com meia pessoa na festa, ou menos do que meia. E quando eu falar, ela pode dizer: “Puxa, processo estocástico, é verdade, um dia aprendi processo estocástico, aquele negócio, série de tempo”. “Não, sabe, eu trabalho mais precisamente com uma coisa chamada teoria das filas, que estuda o processo de como as pessoas chegam, como elas se comportam...”

O que estou querendo dizer com isso é que o nível de especialização, de competência que nós acumulamos, e que temos aqui na Universidade, é muito grande e há uma grande dificuldade de você conseguir expressar e conseguir atingir quando quiser simplesmente ter um olhar macro, um olhar geral, e dizer todo mundo vai ser do mesmo jeito e tem que pensar assim e o critério é esse etc. etc. Essa é uma primeira constatação muito clara. Então, a questão da legitimidade tem que se pautar na diversidade de competências que a Universidade tem. E o grande problema que nós temos hoje é que essa avaliação não adquiriu a legitimidade do conjunto dos docentes da Universidade. Ela tem cometido equívocos que são sérios, que eventualmente são revertidos depois de um longo esforço, de um longo desgaste que muito provavelmente deixou sequelas talvez irreparáveis em alguns colegas. E é triste a gente passar quase uma gestão inteira da Reitoria, quando nós começamos um pouco antes dessa gestão e aconteceu o debate de precários



e o debate da avaliação, e havia quase que uma expectativa de toda a comunidade universitária, em especial dos docentes, de que essa questão pudesse ser enfrentada de modo mais forte, mais democrático, que pudesse efetivamente reverter esse mal-estar que nos acompanha.

Então eu queria uma opinião de toda a mesa, cada um pegou um pouco um aspecto, sobre essa questão: será que é possível uma avaliação adquirir legitimidade e funcionar naquilo que é a única coisa que pode fazer sentido para a avaliação, que é melhorar a instituição, ou ela tem que efetivamente ter um caráter punitivo, como tem sido executada ou pelo menos pintada “nos nossos corações e nas nossas mentes”?

OTAVIANO HELENE

“Exacerbou-se o peso dado à publicação de artigos em revistas internacionais. Não há processo de avaliação: terceirizou-se a avaliação para o referee. Pôr o nome num artigo virou negócio”

O que faltou discutir nessa história da avaliação é o seguinte: o que houve efetivamente, além de todos esses aspectos, foi uma exacerbção do peso dado para publicações de artigos em revistas internacionais. Basicamente foi isso. Não é que há um processo de avaliação. Terceirizou-se a avaliação para o re-

ferree da revista, quer dizer, não há efetivamente dentro da Universidade de São Paulo um processo de avaliação. O que há é o seguinte: vamos contar o número de artigos, o número de citações, o índice da revista etc. Então, quais foram as conseqüências disso? Primeiro: não dá para correlacionar esse aumento da pressão sobre o corpo docente com o eventual aumento da produtividade científica da Universidade, medidos por qualquer critério. O aumento da produtividade científica da Universidade, na forma de artigos publicados, livros publicados, pessoas formadas em pós-graduação, mestrado, doutoramento etc., está mais relacionado à titulação média do corpo docente, que tem variado significati-

vamente nos últimos vinte ou vinte e cinco anos, do que a qualquer pressão específica. A pressão específica não é uma hipótese necessária para justificar o que a gente observa na prática. Se teve efeito ou não eu não sei. Segundo: transformou publicação de artigo em um fim e não um meio. Quer dizer, a publicação de um artigo numa revista passou a ser um fim em si mesmo. Pode ser uma besteira, ilegível, não interessa para ninguém etc., e essa publicação deixou de ser um negócio do tipo tornar público e um meio de comunicação entre as pessoas que trabalham nas diversas áreas. Então virou basicamente um fim. Como consequência da exacerbação dessa história da produção científica medida na forma de artigo, o que aconteceu basicamente é um aumento do desinteresse pelas aulas. Prepara-se menos aulas, chega-se mais tarde, se der para acabar o curso antes do fim do ano etc. Isso aí é o que está acontecendo em vários lugares da Universidade. Negócios, virou negócio. Pôr o nome no artigo é literalmente negócio.

Você ouve conversas de corredor, de vez em quando a gente precisa sair de perto para evitar ouvir certas conversas. Mas virou um negócio. A escolha da revista passou a ser feita pelo índice de impacto que a revista eventualmente venha a ter ou por qualquer outro critério, e não pela adequação do artigo ou do trabalho àquela revista. Então você não pensa que público essa revista cobre, que tipo de coisa etc.

Não, o cara pega e faz o seguinte: primeiro vamos tentar naquela revista índice de impacto 7,77. Depois se não der eu tento o 7,76, vou baixando, baixando, baixando, até que no fim a revista de impacto 0,07 me aceita. As pessoas estão fazendo isso. Na hora de resolver em que revista vão publicar, em vez de perguntar onde circula, vêem o índice de impacto e vão tentando de cima para baixo. Já falei que terceirizou-se a avaliação, o *referee* da revista é o responsável pela avaliação efetiva que existe na USP. Aqui na Física, o único indicador que as pessoas olham na publicação é o índice de impacto da revista. Isso em Física chega a ser ridículo, porque o índice de impacto é o número médio de citações que aquela revista teve num período de dois anos, dividido pelo número médio de artigos publicado naquela revista nos últimos dois anos. Ou seja, é o quanto ela teve de impacto imediato, e não impacto total no tempo. No mínimo, qualquer físico experimental, na hora que queira calcular uma coisa qualquer, tem que integrar isso no tempo, multiplicar isso aí pela *meia-vida* da revista. Desculpem a expressão técnica, mas em física é tão ridículo, e como consequência revistas de rápida circulação, que são os *letters*, têm índice de impacto altíssimo. Claro, eles têm uma meia-vida curtíssima, está certo? Ou se citou um *letter* um, dois anos depois, ou nunca mais se cita. Enquanto que a meia-vida de outras revistas é muita longa, tem revista com meia-vida de dez,

quinze anos, então às vezes aquele artigo é citado como referencial dez, quinze, trinta anos depois. Então é simplório.

Outra coisa que esse negócio induziu foi a terceirização. Quer dizer, a gente tem um monte de colegas que viraram gerentes de pesquisa. O negócio dele é arrumar uns *pós-doc*, umas colaborações, umas viagens, preencher relatório, pedir dinheiro. É essa figura que se criou com isso aí. Enfim, não melhorou em coisa alguma no fundo a produção científica da Universidade. Toda melhoria que eventualmente a produção científica da Universidade teve, vamos usar qualquer indicador que a gente queira, que for adequado etc., está mais relacionada à titulação média do corpo docente do que eventualmente a qualquer sistema de pressão desse tipo. Então me parece que a Universidade está cometendo um erro grosseiro, e com consequências no futuro. Estamos vendendo para a sociedade uma idéia de que aqui é altamente produtivo, publicamos tanto quanto um cientista sueco, mas completamente fora de qualquer critério razoável de avaliação do que efetivamente seria a função da Universidade, a função de um docente etc., com graves riscos para os cursos de graduação e pós-graduação, professores que deixam de dar aula etc. e mesmo internamente os critérios de avaliação são ruins.

Quando começou a história de avaliação, sai procurando na Universidade bibliografia, porque tem bibliografia, ninguém avalia

da cabeça. Absolutamente não existia nada, de todas as grandes referências de livros de avaliação de sistema universitário eu achei um único dos citados, não me lembro onde, que já era meio antigo na época. Os do Solla Price, por exemplo, você não acha nenhum na Universidade. Se tiver, talvez esteja perdido, uma coisa que ninguém podia deixar de ler se quer fazer um sistema de avaliação.

OSVALDO COGGIOLA

“Estive num seminário sobre avaliação no México e todos ficaram horrorizados quando relatei a existência na USP de uma avaliação individual que pode rebaixar o regime do docente”

Semana passada eu tomei literalmente um *porre* de avaliação, porque estive uma semana no México, num seminário latino-americano sobre avaliação universitária. Fui lá representando a USP. Não vou relatar aqui porque uma semana de discussão é muita coisa. Insistiu-se muito em que a avaliação tem que ter princípios, se insistiu muito no princípio epistemológico da avaliação, em particular porque os mexicanos, acho eu, estão numa sociedade em vias de despolitização, diferentemente do Brasil, a última eleição refletiu um pouco isso. Houve um monte de coisa. Houve espaço para a gente falar também. Uma coisa fi-

cou absolutamente clara. Quando eu relatei que existia a possibilidade, na nossa Universidade, de uma avaliação de um docente individual que implicasse no rebaixamento do seu regime de trabalho, e portanto na queda dos seus vencimentos, todos, absolutamente todos, ficaram horrorizados, porque disseram que em nenhuma universidade latino-americana existe essa possibilidade, desde a Universidade de Concepción, no Chile, lá no Sul, até a Universidade de Monterrey, que estavam todos lá, havia de praticamente todos os países, não havia instituição semelhante em nenhuma universidade latino-americana. Um princípio que ficou absolutamente claro é o seguinte: a avaliação individual, quando existe, é subsídio para a avaliação institucional, do departamento, da unidade ou da própria Universidade, e não um princípio para punição de nenhuma espécie para quem quer que seja. E as punições têm a ver com o Regulamento da Universidade, e não com a avaliação individual do docente.

Logicamente me coube uma responsabilidade nesse seminário, eu falei, fizemos uma série de coisas, vou tentar escrever, descrever essa experiência, não vou entrar agora nos detalhes, mas no que diz respeito a esse aspecto específico isso ficou perfeitamente claro nesse seminário. Vou propor para o **Jornal da USP** justamente esse tipo de reflexão a respeito da questão, e gostaria de conhecer a opinião do conjunto da mesa a respeito.

HERNAN CHAIMOVITCH

“É impossível utilizar número de papers para julgar indivíduos. Isso não funciona. A única avaliação razoável, em qualquer campo, é a avaliação por pares”

Vou tentar ir por partes. Para o colega Ciro: acho extremamente perigoso julgar intenções dos outros. O que eu disse está gravado, e segundo o que me disseram está gravado até em fita. Então o que eu disse eu mantenho. Procurar intencionalidade é uma questão que a gente pode discutir depois, mas acho que a poesia do Ruben Dario tem que ser citada: quando o lobo comeu a criancinha, os motivos do lobo para o povo realmente não interessam. Então acho extremamente perigoso fazer uma declaração gravada e eu aceitar que as minhas intenções são essas ou outras, quando quem diz quais são as intenções não sou eu. A descrição que eu fiz de início da minha participação nessa mesa eu mantenho, eu entendo que possa haver outras visões, e eu continuo mantendo o que está gravado. Primeiro lugar. Segundo lugar, é um monte de coisa, mas eu vou direto para as publicações, que eu achei muito gozado. Quando falamos das publicações, nós temos um costume de colocar de certa forma ideologia na frente de qualquer dado experimental, porque quiçá falta não livro sobre

avaliação, que isso sobra, mas falta quiçá na Universidade um grupo de reflexão acadêmica sobre avaliação. Livro sobre avaliação acho que tem em todas as bibliotecas, inclusive tem um site na rede muito interessante, que eu posso fornecer para os interessados depois, que tem toneladas de material sobre avaliação. Quando falei da falta de reflexão e da falta de atenção aos dados experimentais, eu diria o seguinte: não conheço *um* trabalho publicado que faça uma análise sobre como se explica o aumento do número de publicações neste país nos últimos quinze anos. O que se vê é que de fato esse número aumenta. O que é interessante é que a relação relativa de trabalhos publicados pela USP, quando divididos pelo Brasil, não varia nada nos últimos doze anos. Isto é, apesar de que existem diferenças regionais de financiamento espantosas neste país, a contribuição relativa da Universidade de São Paulo para publicação do Brasil, medindo o ISI mesmo, não varia, e essa é uma questão que tem que ser pensada. Na verdade a única variável que correlaciona com aumento do número de publicações neste país está muito bem determinada: é número de estudantes de pós-graduação. Não é, no Brasil, a titulação de docente algum.

A titulação média de docentes neste país é da ordem seguinte: 12% a 13% dos docentes do ensino superior têm doutoramento. Na USP esse valor é muito mais alto, não tem variado significati-

vamente nos últimos anos, passou de 72% a 89%; o número de publicações aumentou pelo fator de 2,5; quer dizer que esse papo de titulação não cola. A única variável que correlaciona é número de alunos de pós-graduação, que eu saiba. Quanto às publicações internacionais, acho que isso a gente tem que debater com clareza. Pensar que qualquer avaliação racional conta *paperzinho* é estar fora de tempo. Nas melhores universidades do mundo, e acho que a USP é uma delas, se alguém apresenta mais de cinco *papers* para fazer avaliação do conteúdo, eu não sei do que estavam falando. Por um lado. Por outro lado, existe uma pseudociência que se chama cientometria. E apesar de que não está estabelecida como ciência, a cientometria já achou algumas coisas que são evidentes. É impossível utilizar número de *papers* para julgar indivíduos. Já está demonstrado que isso não funciona. Número de *papers* é possível até ser usado quando a) o número é maior do que 1.000; b) quando se julgam instituições; c) quando se comparam instituições do mesmo tipo. Agora, pensar que a publicação internacional é, como saiu em algum momento num boletim da Adusp, “exportação de conhecimento”, sugerido como, não estava bem definido, mas dizia alguma coisa tipo “por imposição do Banco Mundial tem que publicar no exterior”, eu queria ver algum banqueiro aceitando *papers* como pagamento de dívida, eu não vi, não acredito que veja.

O que estavam falando aqui é uma coisa um pouco diferente. Primeiro: algumas áreas, classicamente hoje, expõem seu conhecimento por uma certa via. Outras áreas, se o fizessem, estariam fazendo um desserviço ao propósito de expor o conhecimento. Que eu quero dizer? Quero dizer o seguinte: uma coisa que a gente tem que perguntar quando a gente publica, porque estamos falando de Universidade pública, e eu espero que a gente não esteja falando de ciência oculta, mas de conhecimento exposto, é perguntar quem lê. Muitas declarações genéricas dizendo a) ninguém lê o que é publicado no exterior, que por contrapartida às vezes vem acompanhada de b) uma conclusão lógica, todo mundo lê o que é publicado no Brasil, são injustificadas muitas vezes de um lado e do outro lado. Não é nenhuma garantia de ser lido por ninguém publicar em inglês ou em português. Você publica para um público, e alguém tem que provar de alguma forma se aquilo que se mostra serve para alguma coisa. Em qualquer sistema de avaliação racional, esse tipo de reflexão determina a avaliação. E mais: especialmente agora, quando o número de revistas no mundo está explodindo, e quando daqui a pouco o *Journal of Citation Report* não vai ser *report* de coisa nenhuma, a única avaliação razoável, essencialmente em qualquer campo do conhecimento, da criação ou cultura, é a avaliação por pares. A gente pode discutir *ad nauseam* os problemas de avaliação por pares, e existem. Agora, avaliação por pa-



res ser transformada numa terceirização por *referee* de revista internacional, eu realmente não sei do que estamos falando. Não existe nenhuma instância nessa Universidade em que se exija que o Departamento de Música publique, se existe, no “*Journal of Musical Letters*”, e não é por isso que o Departamento de Música deixa de ser considerado provavelmente um dos melhores deste país. Então temos que começar a falar as coisas pelos nomes.

E eu não estou fazendo uma defesa de coisa nenhuma, eu estou pensando como professor dessa Universidade, inclusive como pró-reitor de Pesquisa, porque na Pró-Reitoria de Pesquisa nós estamos tentando há três anos conduzir uma discussão no Conselho de Pesquisa, para que o Conselho de Pesquisa explicito o que é produção intelectual em cada unidade dessa Universidade. Tenho esperança de que na reunião de ama-

nhã do Conselho de Pesquisa a gente avance. Até agora foi extremamente difícil conduzir essa discussão, como difícil foi o fato de que há três anos esse Conselho de Pesquisa vem tentando organizar um livrinho que se chame “USP e a Pesquisa”, que não seja uma lista de supermercado de todos os trabalhos publicados por cada unidade. Temos que aprender, de alguma forma, que essa discussão chegue até o fim. Essa discussão, aliás, já foi levantada há vinte anos pela Adusp. Se a gente ler aquilo que está escrito nos anais do I Congresso da USP, de 1980, a discussão sobre relevância, avaliação, competência, ferramenta e sobretudo importância da produção intelectual para o desenvolvimento da sociedade brasileira, estava-se discutindo desde lá. Acontece que, sob as vestes de uma discussão de extremo nível acadêmico, às vezes se esconde a recusa clara a qualquer tipo de avaliação.

Às vezes. E logicamente eu não estou acusando ninguém. Entender o que significa conhecimento socialmente relevante é uma tarefa acadêmica, que essa Universidade não fez até o fim em parte nenhuma.

Vou terminar com um exemplo. Uma das vantagens de existirem sistemas de indexação de coisas publicadas é que eventualmente a indexação de coisas publicadas pode responder perguntas como a seguinte: quanto que a contribuição numa área específica da Medicina tem contribuído para as mudanças nessa área específica da saúde pública? É uma pergunta. Num trabalho publicado há pouco tempo, eu sou um dos autores, numa revista brasileira, porque foi rejeitado por uma revista lá fora porque era só de interesse local, a gente analisou três doenças. Uma doença que tem importância na mortalidade nesse país, mas que é doença de extratos mais abastados da sociedade: câncer. Uma outra doença que é característica de pessoas que chegam a uma certa idade: hipertensão. E uma terceira doença que está explodindo neste país, que é malária. Os dados mostram o seguinte: o número de trabalhos publicados em revistas internacionais pelo Estado de São Paulo sobre hipertensão e câncer é maior do que a soma dos trabalhos publicados na mesma área pelo resto do Brasil. Em malária se inverte: o Brasil publica, pouquinho, mas o Estado de São Paulo, que é poderoso, publica menos do que a soma do Brasil. Esta reflexão serve para dizer o seguinte: se nós queremos que

áreas de pesquisa que são importantes para este país, tanto nas ciências quanto nas humanidades quanto em qualquer outra coisa, cresçam por nossa vontade, temos que dizer como vamos fazer para fomentar.

Coggiola, quanto às universidades do Chile, eu acabo de passar uma semana no Chile, representando esta Universidade do sul ao norte do Chile. Eu não sei o que o reitor da Universidade de Concepción falou, mas se tem algum lugar na América Latina onde o neoliberalismo é quase paroxístico, é a relação funcional dos docentes em muitas universidades do Chile. Me preocupa uma aceitação por um público desse calibre de que no Chile está tudo bem e não se demite na Universidade por falta de sei lá o quê, porque isso simplesmente não reflete minha experiência e eu percorri em nome da USP o Chile inteiro. Certamente não respondi nem a metade, mas acho que no tempo que eu tinha respondi o que eu queria.

MIRIAM LIMOEIRO

“As distorções são tão grandes porque fazem parte do próprio projeto. A avaliação está criando normas, atribuindo valor e dirigindo a publicação de acordo com os critérios implantados”

Naturalmente não pertencço como docente a esta Universidade, e não me aventuro a me pronunciar sobre as

questões internas, embora eu tenha solicitado e tenha acompanhado, não só através do material da Adusp, como dos documentos da CERT e tal, mas prefiro utilizar isso para minha própria formulação, para amadurecer a reflexão. Então, em relação às questões colocadas pelo Ciro e pelo Magalhães, as considerações que posso fazer são de ordem mais geral. Estou absolutamente convencida de que hoje não é correto, nem academicamente nem politicamente, pensar, discutir e encaminhar as questões de avaliação localmente. Sei que a USP tem uma dificuldade muito grande de se pensar dentro de um contexto maior. Tenho suficiente vivência de USP para saber disso. Mas nesse caso é absolutamente indispensável. A minha área de formação é sociologia; quando comecei a me preocupar com as questões de avaliação, pouquinho tempo depois de o governo federal começar a encaminhar as propostas, tive a ilusão de que aquelas eram propostas não só daquele governo, na ocasião, meados de 80, como dos formuladores que apareciam, que corriam, eram eles que estavam em todos os lugares, em todos os seminários. Foi necessário participar de muitos seminários, de muito debate, começar a procurar, para descobrir que não é assim. Hoje, para pensar sobre avaliação, é necessário, é indispensável — para não cometer uma tolice que professores não têm o direito de cometer mais — entender que há uma avaliação, que tem a ver com departamento, que tem a ver com

certo tipo de julgamento dos pares, que é uma preocupação mais antiga; e uma outra questão, completamente diferente, é pensar a avaliação hoje, não é nem no Brasil, é no mundo, quando há um projeto claramente encaminhado de avaliação dentro de reestruturação das universidades, de todo o sistema educacional, e eu insisto naquilo que foi o fundo da análise que tentei trazer, que essa proposta é internacional.

A origem dela, eu fiquei pasma as primeiras vezes que eu tive contato com isso, é o Banco Mundial. Não é a Unesco. Tem uma briga, tem todo um movimento político sério, por que é o Banco Mundial que está fazendo essa gestão. Isso tem a ver com a chamada globalização, e que eu faço questão de chamar de mundialização do capital? Tem, tem sim! Esse projeto hoje é antes de mais nada legitimador de um processo muito mais amplo que está correndo a sociedade. E é tolice, a meu juízo — quando vocês me convidaram, não sendo da USP, para vir aqui, eu tenho condição, mais do que se fosse da USP, até, para chamar atenção para isso — é tolice ficar discutindo questões internas, por mais importantes que elas sejam. É necessário discutí-las, é necessário enfrentá-las: a denúncia do Ciro, as questões que a Adusp está encaminhando, a presença da Lara, não é à toa que numa mesa como esta a gente tenha a assessoria jurídica presente, é necessário discutir; o equívoco, a tolice que eu chamo atenção, é deixar de levar em conta que é necessário inserir

a USP no sistema educacional, no conjunto de universidades dentro do Brasil, e saber que há uma vastíssima bibliografia, não estou vendo o Otaviano aqui, mas há uma vastíssima bibliografia que corre mundo e que tem a ver com o fato de que é o Banco Mundial que define essas políticas, porque ele banca textos, banca seminários, banca toda uma difusão e uma publicação e um caráter acadêmico de que se reveste a discussão, para poder legitimar e dar força à sua proposta. É difícil hoje fazer uma seleção desse material bibliográfico, explode esse tipo de publicação. Devemos levar isso em conta.

No início da minha participação nesse tipo de reflexão e militância para discutir avaliação, participei de muitos seminários, continuo participando, mas no início eu acreditava — estou falando mais com a observação do Coggiola — que aqueles seminários e os resultados que saíam, numa discussão com tanta gente importante e tal, eram de alguma maneira para serem seguidos. Participei do primeiro seminário sobre avaliação que o MEC propôs, e lá todas as falas eram dirigidas para mostrar que era inaceitável a vinculação de avaliação com financiamento. Vincular dinheiro com avaliação é uma coisa que não dá para pensar, se é que o objetivo da avaliação é elevação, melhoria. Mas foi feito em seguida um segundo seminário, este restrito, para desfazer aquilo tudo, para justificar que de fato era necessário conseguir uma



produtividade maior, uma rentabilidade maior do funcionamento de todo o sistema. Então, fico muito contente que a discussão no México tenha sido como você está informando, mas tenho muita dúvida em relação a isso, e o material que eu conheço de discussão dos efeitos absolutamente devastadores no sistema educacional mexicano, especialmente a partir da implantação do sistema de avaliação, é importante e rico. Acho que a gente deve fazer circular isso aí, precisa de alguma maneira não ficar só trabalhando

com o material do Banco Mundial. Acho importantíssimo trabalhar com o material do Banco Mundial, pegar os projetos, ver o que eles financiam, como, mas também poder dispor de certas análises.

A formulação claríssima que o Otaviano fez aponta para algo que a gente também precisa prestar atenção, que são distorções claríssimas do processo de avaliação, por mais que haja diferença de universidade para universidade. Quando a gente entra no esquema, é uma armadilha, é uma

dificuldade sair, porque tem a meritocracia, ideologia da competência toda por trás, e qualquer coisa que você fale corre o risco de que você não seja tão competente assim para ser levado a sério, você pode estar defendendo interesses não muito confessáveis, interesses corporativos e tal. Mas é claríssimo que toda vez que se entra no processo há distorções, e essas distorções que o Otaviano apontou, não precisa nem falar de outras, indicam que são tantas e tão flagrantes: o tipo de publicação que se faz, de qualquer coisa, porque é preciso publicar; o tipo de produção, que já se chamou de produção salame, você fatia bem fininho para poder atender aos requisitos.

As distorções são tão grandes, tão recorrentes em todo lugar, que não é possível a gente, com um mínimo de sensatez, supor que isso não faça parte do próprio projeto. É um equívoco maior ainda supor que essa avaliação, tal como ela corre, vai aferir valor. É ela que está normatizando, criando normas, atribuindo valor e dirigindo a produção e a publicação, o tornar público da produção, de acordo com os critérios que estão sendo implantados. Isso não é uma distorção só, é algo que obriga a gente a pensar com mais cuidado o quanto esse projeto *não está voltado* para a melhoria da qualidade, para a elevação do nível da produção. Ele está querendo é outra coisa: o tal negócio que passa a fazer, que o Otaviano falou muito bem, demonstra isso.

LARA LORENA

“Os critérios de avaliação ficam à mercê de políticas acadêmicas, de mandatos de reitorias, e a finalidade de se regulamentar normas é perenizar determinados conceitos”

Não posso me aventurar a discutir política acadêmica, mas o que eu poderia acrescentar aqui, imaginar que na fala do professor Hernan, quando ele menciona que não existe na nossa regulamentação universitária um sistema de avaliação docente, ele está se referindo a critérios de avaliação docente, no caso a falta de regulamentação desses critérios — e não que eu seja favorável a essa regulamentação, mas ela implica também que esses critérios ficam à mercê de políticas acadêmicas, de mandatos de reitorias, e a finalidade de se regulamentar determinadas normas é exatamente perenizar determinados conceitos. E também não é dizer que basta então a Reitoria baixar uma norma e promulgar e ficam estabelecidos os critérios. Estou querendo lembrar inclusive a Constituição de 1988, embora também não seja muito favorável à forma como foi feita ou aos seus promulgadores, para cada artigo e capítulo e seção foram estabelecidas comissões de especialistas e legitimados pelos próprios constituintes, para que fossem discutidas as melhores possibilidades e aquilo que convinha de acordo com o consen-

so deles. Então, apesar de ainda ter um caráter um pouco arbitrário e com ranços da ditadura, a Constituição teve essa iniciativa, embora não tenha sido muito feliz e atingido o objetivo final.

FRANCISCO MIRAGLIA

“Em algum sentido a Universidade melhorou. Em outro sentido ficou intelectualmente raquítica, em razão do fracionamento generalizado de saberes, que facilita a divisão e o domínio”

É interessante, veja só, eu tinha chamado a atenção, e aí eu concordo com a Miriam, os instrumentos de avaliação são expressão operacional de um projeto político. Então, essa história que o Otaviano mencionou como sendo um equívoco não é um equívoco, é expressão do projeto político, do que está acontecendo. Conduz a história mesmo. Lá no Instituto de Matemática e Estatística, muitos anos atrás, não sei quantos anos, eu insisti para que a gente comprasse justamente o *Citation Index*, que hoje se usa para fazer essa história de contar citação etc. Eu insisti, bom, e daí pessoalmente me arrependi, porque está sendo usado para uma coisa para a qual não foi feito projeto. Qual é a questão? A questão é a seguinte: eu vou na biblioteca, estou interessado num certo tema, e acho um artigo sobre o tema. Qual é o pro-

blema? O problema é que há uma grande variedade de cientistas trabalhando naquele tema. Então foi produzido para nós cientistas um recurso de dizer “bom, você consegue fazer pesquisa bibliográfica para frente”. Se você achou um artigo, está certo?, que fala sobre aquele tema, a referência bibliográfica só fala sobre quem veio antes, e é importante você ter um recurso para você avançar, para você descobrir mais rápido qual é a fronteira onde está a discussão na qual você está querendo entrar. Esta é a grande utilidade. E disse, olha, é importante a gente ter, já usei várias vezes, outras pessoas certamente vão usar. Bom, essa é que é a finalidade do ponto de vista da produção do conhecimento, da produção do saber etc. etc., e é um recurso que eu considero até hoje importante, conseguir fazer pesquisa bibliográfica para frente. E evidentemente é uma companhia privada que faz esse tipo de serviço lá.

Quando uma pessoa aqui da Universidade entra na sala da gente e diz “eu gostaria de ser seu orientando”, qual é a relação que está se estabelecendo? É a seguinte: você tem uma pessoa que tem uma certa experiência em fazer um certo tipo de trabalho, de reflexão etc. com uma pessoa que tem menos. E esta relação vai se desenvolver de tal forma que você vai passar experiência para essa pessoa. É a história da relação entre aprendiz e mestre artesão, que tem aí há muitos e muitos anos e que é o jeito como a gente faz as coisas, e é o jeito como as profissões liberais na

realidade se controlam. Ninguém sai da Escola Politécnica para projetar vão de cimento de duzentos metros de comprimento. Ele entra lá na companhia, aprende, vai crescendo no interior da profissão. Esse papel que está colocado aí, a história do artesanato, se coloca como? Bom, todo artesão tem uma certa produção que ele coloca na praça para avaliação etc. Agora, a tradição na qual eu fui educado é uma tradição em que pressa é inimiga da perfeição. Então você senta para pensar sobre um conjunto de questões, elabora intelectualmente aquelas questões, discute com seus pares, escreve as suas cinqüenta pagininhas, distribui mundo afora para todo mundo ler, vai voltar sugestão etc. e dois anos e meio depois, três anos, você fala aqui, apresenta no seminário na Alemanha, fala na França, discute com não sei quem, e dois anos e meio depois, três anos, “agora acho que arredondou aqui”, vamos enviar isso. Essa é a prática. Não dá para competir com 1350 páginas cada três semanas.

O *Journal of Biological Chemistry* tem, sei lá, 1200 páginas e sai a cada três semanas. Não é esse o processo de produção dentro do qual eu fui educado e, confesso para vocês, não vou me converter a isso. Como falei, não dá, trabalho numa disciplina antiga (e dentro dessa disciplina antiga uma parte ainda relativamente antiga), já passou essa euforia juvenil. A nossa questão não é “publica, não publica”, “somos contra publicação”. Não é essa a questão. É o papel de constituição do rigor, do saber, do

conhecimento, do cuidado com o trabalho, com o polimento. É uma espécie de vaidade profissional, se vocês quiserem. De cuidado com a produção. Qual é a mesa que eu estou fazendo aqui, qual a cadeira? Por outro lado, existe também uma diferença entre o aparato que você precisa para produzir, para explicitar conhecimento. Matemática precisa de pouco aparato: você precisa de muito livro, biblioteca muito boa, de capacidade de viajar, de interlocução, escrever, discutir, mas não precisa de um grande aparato como aqui na Física, ou na Química, na Bioquímica, Engenharia etc. Então tem diferenças de prazo, de ritmo. Agora, quem vai fazer esse tipo de avaliação não pode ser ignorante das dificuldades para instalar um laboratório aqui no Brasil, mesmo na cidade de São Paulo, onde em certos lugares você tem que cuidar da filtragem da água. Se não instalar um equipamento de filtragem da água você não vai conseguir fazer medida. Tem todos os problemas de importação, tem todos os problemas de circulação de dinheiro, tem todos os problemas de implantação, você leva anos para fazer um laboratório funcionar, e precisa levar isso em consideração, e essa questão precisa ser rotulada como sendo heróica, “esse cara merece todo o nosso respeito, porque sem ele não funcionava”. É o pessoal da instrumentação, como é que faz para fazer história sem ter o pessoal que faz a instrumentação de forma competente?

Todas essas diferenças precisavam ser respeitadas nessa história, de modo que a publicação é o re-

sultado de um trabalho, de um acúmulo e eu sou a favor de divulgar, de discutir etc. O problema é a calma.

Muito bem. Não sei se estava escrito no boletim essa história do Banco Mundial. Agora, o grupo de estudos de educação que a gente tem na Adusp há anos sabe e estuda e se debate contra posturas do projeto do Banco Mundial em relação à educação, como eu me lembro muito bem de aluno da Escola Politécnica brigando contra o projeto MEC-Usaid. Estava na praça e se dizia: “Não queremos o projeto MEC-Usaid”. O projeto MEC-Usaid fazia mais ou menos a mesma coisa que estão implantando agora, para falar a verdade, se eu bem me lembro. Então essa história de você ter uma agência que faz o projeto mundial de qual vai ser sua inserção no sentido do desenvolvimento tecnológico, eu acho perfeitamente razoável, compreensível, não acho que é conspiração nenhuma. Se você tem projeto de controle no nível global, você tem que ter o equipamento de planejamento e controle de gerenciamento deste projeto, é perfeitamente compreensível isso, então não vejo isso como conspiração. Vejo assim: a gente tem um adversário organizado.

A última questão que eu queria mencionar é a seguinte. O Instituto de Matemática e Estatística, no qual eu comecei a trabalhar há muitos anos, não é mais o mesmo do jeito que é hoje. A Física não é a mesma coisa de trinta anos atrás, a maior parte da Universidade não é. Em algum sentido a Universida-

de melhorou. Em algum outro sentido ela ficou mais intelectualmente raquítica. Isso não é responsabilidade do docente, do funcionário, do aluno: é responsabilidade do fracionamento generalizado, cada um foi remetido para o seu canto sem ter nem clareza sobre o que está acontecendo em geral, no próprio instituto, no próprio departamento etc. Esta situação, que nos fraciona do ponto de vista de interação de conhecimentos, de saberes etc. facilita a divisão, facilita o controle e facilita o domínio. Na hora em que você reverte essa situação, fica mais difícil conseguir passar certas propostas que o corpo da Universidade não acha adequado. Então, tem um trabalho para ser feito na direção de interdisciplinaridade, de construir compreensões generalizadas da Universidade, esse é um aspecto. E outro aspecto que precisa ser profundamente desenvolvido, e isso é responsabilidade do corpo da Universidade, e não do seu governo, é essa história de a Universidade ser não vendedora de serviços para a comunidade, mas prestadora de serviços para a comunidade, entre os quais se conta o ensino. O ensino é uma prestação de serviços importante, mas há outros que a gente pode prestar e que a gente tem, na realidade, obrigação de prestar. Em particular esclarecer questões políticas, entrar no debate sobre qual é a natureza do que está sendo proposto e para onde estão indo certas propostas, ou seja, defesa do público. A defesa do público é responsabilidade da universidade pública e dessa

universidade em particular, que infelizmente tem freqüentemente se omitido de questões extremamente importantes.

OTAVIANO HELENE

“Entre os países tidos como em desenvolvimento no mundo, o Brasil é o quarto em produção de ciência. Coréia, Índia e China produzem mais ciência do que o Brasil”

O aumento da produção científica na Universidade, de qualquer forma medido, não está correlacionado diretamente apenas com a titulação, é com tudo: titulação, maturidade, pós-graduandos, a figura do *pós-doc*, professor visitante, que é coisa que não existia anteriormente. Então todo esse conjunto explica o aumento da produção científica. Agora só queria abordar outro ponto que é o seguinte: o Brasil tem 1,9% da economia mundial, mas apenas 1% da publicação de artigos científicos no mundo. Então, apesar do crescimento recente, a gente está bem aquém do que deveria. Quer dizer, se você participa da produção econômica mundial na mesma proporção que você participa da produção científica, está dentro do equilíbrio, mas isso mostra que há um desequilíbrio. Ou a economia produz mais do que a base intelectual do país permite, ou a base intelectual do país está muito aquém do que poderia estar, levando em conta o que a

economia permite. Uma das coisas deve ser verdade. Há realmente um atraso enorme na produção científica do país, que precisa ser aumentada, duplicada, triplicada num prazo muito curto, porque se não a gente fica numa rabeira inaceitável. Não há, infelizmente, um crescimento da produção brasileira como se quer às vezes. Muitas vezes se cita que o Brasil tem aumentado recentemente sua produção científica, passando do 22º país no ranking mundial, em 1990, para o 18º em 1999. Um aparente crescimento. Bom, mas espera um pouquinho: passamos na frente *de quem*, e por quê? Nós passamos na frente de Dinamarca, Finlândia, Áustria, Polônia e Checoslováquia. Ou seja, passamos na frente de países que saturaram sua produção científica, países de dez, cinco, quinze milhões de habitantes. Nós somos 150 milhões. Então não é que nós tivemos algum mérito. São países que atingiram um patamar de produção científica suficiente para sua economia e para sua população, e conseqüentemente Índia, Brasil, Paquistão e não sei mais o quê vão passando na frente, mas não é por um mérito intrínseco, é porque atingiu uma saturação. Quer dizer, não precisa mais de produção científica, a economia não comporta, a sociedade não quer, em certos países. Então esse é um engano de avaliação, porque se a gente for comparar com os iguais a gente vê o seguinte: o Brasil é hoje, entre os países tidos como em desenvolvimento no mundo, o quarto, a quarta posição, depois da Coreia, Índia e China. Co-



réia, Índia e China produzem ciência, medida por artigos indexados e o diabo a quatro, mais do que o Brasil. Enquanto em 1990 a gente estava em terceiro lugar, de lá para cá fomos ultrapassados pela Índia e pela China. Em 1980 também estávamos em terceiro lugar, atrás da Índia e do México. Comparados com países *comparáveis*, a gente está muito mais devagar do que deveria. Há aparentemente no Brasil um discurso de que a produção científica aumentou etc., nós éramos o 22º, agora somos o 18º, mas isso não é nada significativo. Não há espaço para esse discurso megalomaniaco. E se a gente é hoje o 18º, estamos muito aquém do que deveríamos, porque somos a décima economia. Como é que a décima economia mundial consegue ser o 18º país a produzir ciência? É óbvio que a ciência está desprestigiada. E a avaliação que se

faz é no sentido de simplificar e ainda dificultar mais o desenvolvimento do país, simplesmente isso.

HERNAN CHAIMOVITCH

“Não existe correlação entre desenvolvimento socialmente justo e cientista por milímetro quadrado. Ou politizamos o debate, ou teremos que discutir detalhe”

O dia que alguém demonstrar que desenvolvimento socialmente justo é uma função direta do número de cientistas por milímetro quadrado, o mundo vai mudar. Que eu saiba não existe nenhuma correlação entre desenvolvimento socialmente justo e cientista por milímetro quadrado. Ou a gente politiza o debate, ou a

gente vai ter que discutir detalhe. A minha preocupação pessoal não é quanto que vão publicar sei lá onde daqui a cinco anos, a minha preocupação é um pouco diferente: como vamos decidir as áreas que são convenientes para o desenvolvimento social deste país, utilizando a melhor ciência possível. Porque é possível até que, para o desenvolvimento socialmente justo desse país, aumentar o parque científico não seja necessário. Eu não acredito nisso. Agora, a decisão não é uma decisão política? Vamos chegar a 300.000 *papers* porque aí o mundo vai mudar. Não vai mudar coisa nenhuma. O que se trata é discutir qual é a forma que a produção científica, crescente ou não, sei lá, vai contribuir com alguma coisa, porque se não a gente está caindo no discurso de uma relação linear produção indexada-desenvolvimento socialmente justo, que eu desconheço como dado experimental em qualquer lugar do mundo. E com isso prefiro não falar mais.

MIRIAM LIMOEIRO

“Tenho a sensação de que há um certo otimismo fora de circuito. A situação é grave! Não dá para pensar desenvolvimento de ciência sem ver onde ele está sendo feito, por quê e para que”

Eu estou preocupada, pelo fato de eu me achar, mais velha que sou do que tanta gente aqui, tão pessimista. Não sei, tenho a sen-



sação de que há um certo otimismo que me parece fora de circuito. A situação é grave, não é brincadeira! Acho que a gente se complica um pouco quando entra na história do *ranking*. É *ranking* disso, é *ranking* daquilo, é essa distribuição, é aquela, somos o quarto entre os emergentes, passamos a ser o terceiro. É muito complicado isso aí. Sou socióloga, faço ciência social, sou pesquisadora, também tenho uma dificuldade enorme de trabalhar com a ciência, e o desenvolvimento científico, trabalhando num plano em que parece que ela ganha autonomia! Não dá para pensar desenvolvimento de ciência sem ver onde ele está sendo feito, por quê ele está sendo feito, para quê ele está sendo feito. E não é à toa que a ciência que é produzida aqui não é do mesmo tipo da ciência que está sendo produzida, ou que foi produzida até pouco tempo, na Suécia, na Alemanha. A pergunta que eu faço é a seguinte: nós todos nesta sala acreditamos que as grandes corporações que atualmente controlam o desenvol-

vimento *do mundo*, o quanto elas estão interessadas em que as nossas universidades, os nossos maravilhosos departamentos nas nossas maravilhosas universidades, produzam o conhecimento de que elas necessitam? Isso nos deixa dormir em paz? A mim, não. Eu sou da área de ciências sociais. Sei qual é a profunda transformação que está ocorrendo nos últimos anos na produção das ciências sociais, inclusive entre nós, com o dinheiro, com financiamento, e fico muito preocupada com a possibilidade de crescimento para a frente. Não sei, pode ser que na Física a situação seja absolutamente diferente. Acho que não é pessimismo, é até um pouco de realismo: a ciência é produzida dentro das sociedades e ela atende às demandas que essa sociedade propõe. E nós não vivemos num país que de repente a gente chama de emergente, não se dá conta de que é capitalismo dependente, que tem limitações muito sérias deste capitalismo dependente, desde sempre, e que a situação hoje é muito mais

crítica e preocupante do que era algum tempo atrás. Lamento, vocês chamaram um sociólogo para vir até aqui.

FRANCISCO MIRAGLIA

“Tem colega nosso nas universidades federais sem reajuste de salário há seis anos, fazendo das tripas coração. Esse mesmo conjunto de pessoas é desqualificado pelo governo federal”

Na minha primeira intervenção eu tinha chamado atenção para algumas questões fundamentais em que a Universidade precisa se meter: destruição do ensino fundamental, reforma da Previdência, todas essas questões sociais, Constituição, história da sonegação de impostos... Nestes números que o Otaviano mencionou, entre 1,9 e 1 significa o seguinte: estão aplicando mais dinheiro em certas atividades do que em outras. A gente fez uma discussão, essa que o Hernan puxou, algum tempo atrás, o Hélio Guerra Vieira, que é coordenador da Codage, estava nesta mesa, tinha também gente da Fipe, o coordenador da Fipe, e discutindo o quê? Financiamento da Universidade pública, da pesquisa etc. Eu na realidade não fiquei surpreso com isso, mas algumas pessoas ficaram: eu e o Hélio *tínhamos exatamente a mesma posição*, que dizia o seguinte: ou o Estado brasileiro do ponto de vista de política vai, em

função da construção da autonomia e soberania do país, investir dinheiro em educação básica, em ciência, em tecnologia, quer dizer, essa bobagem de que a gente precisa é de professor primário, não precisa de Universidade, essa besteira, ou não conte com a Pfizer, não conte com a IBM, não conte com a General Motors. A IBM tem um laboratório nos Estados Unidos, sai prêmio Nobel em Física etc., não vai fazer isso aqui.

Aliás, os investimentos substanciais em pesquisa nos países centrais são feitos pelo Estado. Há uns seis anos, o Congresso americano discutia cortar verbas de pesquisa nos Estados Unidos. Apareceu um manifesto no *Washington Post*, de página inteira, que dizia o seguinte: “O corte das verbas de pesquisa significa a destruição do *american way of life*”. Não existe maneira de você mais ameaçar um americano do que dizer que vai destruir o modo americano de vida. E dizia o seguinte: “O marca-passo, as vacinas, toda a estrutura que a gente tem de sustentação de uma sociedade razoavelmente organizada foi produzida pelos pesquisadores no interior das universidades, nos laboratórios de pesquisa, e é absolutamente fundamental que seja mantida”. E era assinado sabe por quem? Por quatorze dos principais executivos das maiores multinacionais: Esso, Shell, IBM, Xerox... todo mundo. Que dizia o seguinte: é responsabilidade do Estado fazer isso, sabe por quê? Porque eu tenho que dar satisfação para o meu acionista no final do ano, não posso ficar sustentando investimento a

perder de vista, que sei lá quando vai ter o retorno. Esse conjunto de pessoas que a mídia mencionou sabe muito bem que investimento estratégico em ciência, tecnologia, nas artes, na cultura... porque veja bem, vamos lembrar aqui do Hillary Putnam, que dizia o seguinte: “Acho que ciência é uma atividade humana extremamente séria, mas eu não gostaria de ser confundido com uma pessoa que acha que é a única atividade humana séria”. Não é a única, e talvez não seja a mais importante, é tão importante como o resto das atividades humanas que não são científicas. Muito bem, eles sabem disso.

E o Brasil, a Argentina, a Índia, a China, esses países ditos emergentes, porque chamavam-se antigamente subdesenvolvidos, já tinha uma desqualificação só na classificação, eles não estão interessados em investir dinheiro, não conte com o setor privado para fazer esse tipo de coisa. Essa é uma idéia que por exemplo tentam vender aqui de vez em quando. O máximo que o setor privado vai financiar é adaptação tecnológica. No máximo. Pesquisa pura, básica, lá mesmo no fundo, não vai fazer. Agora, por fim: o governo Fernando Henrique Cardoso, governo Mário Covas, Congresso Nacional, Universidade de São Paulo, Unicamp, Unesp, o aparato institucional universitário brasileiro, fez essa briga? Faz essa briga? Não faz. Ou seja, concordo que a gente tem que politizar e discutir a política global etc., eu concordo, e a gente tenta nas nossas possibilidades fazer esse debate. Agora, a instituição não

faz. Pelo contrário, ela freqüentemente reitera processos de concentração de renda, os organismos financiadores promovem processos de concentração de renda, quanto mais você for capaz de fazer porque você foi financiado, mais financiamento você vai ter para continuar fazendo o que está fazendo. É uma espécie de reforço negativo para quem é emergente. Então, este dado que o Hernan mencionou, que na realidade a proporção entre o que a USP produz e o que o resto do país produz não cresceu, é a mesma, diz o seguinte: tem gente aí nas universidades federais (porque não dá para contar as universidades particulares, eventualmente uma PUC, que no final foi destruída, porque acabou o financiamento do BNDES, foi todo mundo embora), tem colega nosso nas universidades federais sem reajuste de salário há seis anos, fazendo das tripas coração. Esse mesmo conjunto de pessoas é desqualificado pelo governo federal. Esse negócio de “funcionário, não trabalha, precisa fiscalizar”. E esse tipo de desqualificação nós temos aqui também dentro dessa Universidade. A gente vai precisar se organizar para parar com isso. Para conseguir trabalhar em paz, para produzir coisa de boa qualidade, com o rigor, cuidar do ensino e cuidar da nossa própria reprodução.

Porque veja o seguinte: esta Universidade está envelhecendo, se a gente somar a idade de todo mundo que está no catálogo e dividir pelo número de professores dá 50 anos de idade, ou 48, 49. Estamos ficando velhos, essa é a ques-

ção, e precisa de renovação, e precisa de vagas, e precisa de quadros, e precisa de professor, e precisa de *ensino*. Ensino que transmita os padrões de produção do conhecimento e de compreensão da sociedade que a gente considera adequados para o exercício da cidadania, para a construção da ciência, para a construção do saber, para a construção da sua competência profissional, da sua inserção na sociedade. Veja, Hernan, eu não sei o que vai acontecer no Departamento de Música; agora, a experiência que as pessoas têm tido com a CERT essencialmente é a seguinte: “Nós queremos publicações internacionais”. E daí você diz assim, “Bom, tenho aqui o Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática”. O Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática é uma revista procurada. Frequentemente a Sociedade Brasileira de Matemática faz trocas extremamente interessantes com revistas prestigiosas. Aí você vai descobrir que o Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática não serve. Ou seja, não é internacional que se quer, é *estrangeiro*. Porque o Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática é internacional. Tem revista brasileira de geologia, de física, de filosofia, que é internacional. Então, não é internacional: é *estrangeiro*. Você falou com absoluta clareza que não concorda com esse ponto de vista, se eu entendi direito; agora, de algum jeito esse é o ponto de vista vigente aqui, agora, para uma parcela muito grande das pessoas que convive aqui, com toda a desqualificação que isso contém.

Então, veja bem: o governo da Universidade tem responsabilidade sobre essa estrutura. Agora, o governo da Universidade é correia de transmissão da política do FMI? Não acho. O governo da Universidade é simplesmente um *joguete* na mão da política de Fernando Henrique Cardoso? Não, não acho. Agora, se ao corpo da Universidade fosse permitido com mais democracia, com mais transparência, reagir, conseguiria reagir a esse caldo cultural mercadológico etc. que tem no interior da sociedade, que é hegemônico, e que portanto determina... não é que todo mundo aqui é ideólogo do capitalismo, é que na dúvida você anda onde?, você anda na trilha que o pensamento hegemônico colocou como sendo a natural. Então de repente essa história de economia de mercado, globalização, fica parecendo que é tempestade: é o seguinte, a órbita de Netuno é essa, não dá para discutir a órbita de Netuno. Mentira! Mentira! É uma invenção de um certo conjunto de pessoas, com uma proposta de condução, e que não tem nada de “forças da natureza”. Ela pode ser revertida, há outras idéias e outras propostas na praça. E aqui dentro dessa Universidade também vive essa história, “forças da natureza”. Não é forças da natureza, é uma concepção específica de condução e de gerência do trabalho acadêmico, à qual um certo conjunto da Universidade é contrário, acha que destrói, na realidade, a natureza do trabalho que está sendo construído e a relação da Universidade com a sociedade. **RA**